

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	114.181.880
Preferenciais	0
Total	114.181.880
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	683.362	841.559
1.01	Ativo Circulante	70.300	162.156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.744	41.572
1.01.03	Contas a Receber	18.008	19.622
1.01.03.01	Clientes	17.890	19.530
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	118	92
1.01.04	Estoques	1.235	1.669
1.01.07	Despesas Antecipadas	511	948
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	36.802	98.345
1.01.08.03	Outros	36.802	98.345
1.01.08.03.01	Impostos a Recuperar	4.010	6.158
1.01.08.03.02	Contas a Receber - partes relacionadas	27.440	33.453
1.01.08.03.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	5.352	58.734
1.02	Ativo Não Circulante	613.062	679.403
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	345.930	400.765
1.02.01.06	Tributos Diferidos	47.636	46.414
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.636	46.414
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	298.166	354.230
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	298.166	354.230
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	128	121
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	128	121
1.02.03	Imobilizado	1.013	1.028
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.013	1.028
1.02.04	Intangível	266.119	277.610
1.02.04.01	Intangíveis	266.119	277.610

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	683.362	841.559
2.01	Passivo Circulante	233.722	242.679
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.754	3.492
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.754	3.492
2.01.02	Fornecedores	5.923	4.835
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.923	4.835
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.073	15.265
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.537	13.645
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.621	11.846
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	916	1.799
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.536	1.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	164.464	172.103
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	403	286
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	403	286
2.01.04.02	Debêntures	164.061	171.817
2.01.05	Outras Obrigações	12.894	19.211
2.01.05.02	Outros	12.894	19.211
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.621	4.913
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	1.851	2.464
2.01.05.02.05	Credores pela Concessão	8.191	8.075
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	275	185
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	956	3.331
2.01.05.02.08	Outros	0	243
2.01.06	Provisões	37.614	27.773
2.01.06.02	Outras Provisões	37.614	27.773
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	37.614	27.773
2.02	Passivo Não Circulante	294.695	407.931
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	200.914	309.289
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	675	782
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	675	782
2.02.01.02	Debêntures	200.239	308.507
2.02.02	Outras Obrigações	17.365	18.669
2.02.02.02	Outros	17.365	18.669
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	17.365	18.669
2.02.04	Provisões	76.416	79.973
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	976	967
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	24	24
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	952	943
2.02.04.02	Outras Provisões	75.440	79.006
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	72.991	76.594
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	2.449	2.412
2.03	Patrimônio Líquido	154.945	190.949
2.03.01	Capital Social Realizado	117.655	117.655
2.03.02	Reservas de Capital	330	330
2.03.04	Reservas de Lucros	23.532	72.964
2.03.04.01	Reserva Legal	23.532	23.532

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	49.432
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	13.428	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	82.180	88.498
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.959	-47.796
3.03	Resultado Bruto	37.221	40.702
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.062	-2.929
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.157	-3.038
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-4.604	-2.837
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-484	-155
3.04.02.03	Tributárias	-69	-46
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	95	109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.159	37.773
3.06	Resultado Financeiro	-8.955	-4.993
3.06.01	Receitas Financeiras	13.918	12.042
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.873	-17.035
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.204	32.780
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.869	-10.460
3.08.01	Corrente	-9.091	-13.068
3.08.02	Diferido	1.222	2.608
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.335	22.320
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.335	22.320
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13430	0,19548
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13430	0,19548

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	15.335	22.320
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.335	22.320

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.886	45.438
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.420	21.574
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	18.727	10.749
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	148	49
6.01.01.03	IR & CS Diferidos	-1.222	-2.608
6.01.01.04	Desp.de Juros, Liquida de Receitas	4.875	8.071
6.01.01.05	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	33	-50
6.01.01.06	Reversão de Receita Diferida	0	-149
6.01.01.07	Provisão para Manutenção em Rodovias	5.418	4.117
6.01.01.08	Resultado Financeiro com Ajuste a Valor Presente	4.441	1.395
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.131	1.544
6.01.02.01	Contas a Receber	1.640	1.420
6.01.02.02	Outros Créditos	-26	-8
6.01.02.03	Estoques	434	-533
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	437	474
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	4.189	659
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-7	-25
6.01.02.07	Fornecedores	2.156	-369
6.01.02.08	Fornecedores-Sociedades Ligadas	-196	169
6.01.02.09	Obrigações Sociais	262	400
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	4.198	10.625
6.01.02.11	Cauções Contratuais	116	418
6.01.02.12	Credores pela Concessão	-8	6
6.01.02.13	Outros	-150	-7
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-10.676	-11.671
6.01.02.15	Aumento (redução) das provisões para riscos civeis e trabalhistas	-24	-14
6.01.02.16	Despesas Antecipadas sobre Empréstimos	190	0
6.01.02.17	Contas a Receber Partes Relacionadas	-404	0
6.01.03	Outros	15.335	22.320
6.01.03.01	Lucro Líquido	15.335	22.320
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	39.702	-5.327
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado	-72	-311
6.02.02	Adições ao Intangível	-14.857	-13.829
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-12.718	-3.469
6.02.04	Resgate sobre as Aplicações Financeiras	67.349	12.282
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-117.415	-51.063
6.03.02	Pagamentos Principal (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-88.000	-121
6.03.03	Pagamentos Juros (empréstimos, financiamentos e debêntures)	-45.386	-17.414
6.03.04	Pagamentos Credores pela Concessão	-1.955	-1.812
6.03.05	Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio	-4.913	-1.716
6.03.06	Pagamento de Dividendos	-49.435	0
6.03.07	Empréstimo de mútuo a partes relacionadas	0	-30.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.08	Mútuo (principal)	23.000	0
6.03.09	Juros sobre Mútuo	49.274	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.827	-10.952
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	41.572	195.356
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.745	184.404

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	72.967	0	0	190.952
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	72.967	0	0	190.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-49.435	-1.907	0	-51.342
5.04.06	Dividendos	0	0	-49.435	0	0	-49.435
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.907	0	-1.907
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	15.335	0	15.335
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	15.335	0	15.335
5.07	Saldos Finais	117.655	330	23.532	13.428	0	154.945

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.655	330	70.784	0	0	188.769
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.316	0	-2.316
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.320	0	22.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.320	0	22.320
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	22.320	-22.320	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	22.320	-22.320	0	0
5.07	Saldos Finais	117.655	330	93.104	-2.316	0	208.773

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	89.297	95.546
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	81.392	80.621
7.01.02	Outras Receitas	608	579
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.297	14.346
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.798	-36.572
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.953	-32.778
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.829	-1.542
7.02.04	Outros	-2.016	-2.252
7.02.04.01	Custo da Concessão	-2.007	-2.315
7.02.04.02	Outros	-9	63
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.499	58.974
7.04	Retenções	-18.727	-10.749
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.727	-10.749
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	45.772	48.225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.013	12.151
7.06.02	Receitas Financeiras	13.918	12.042
7.06.03	Outros	95	109
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.785	60.376
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.785	60.376
7.08.01	Pessoal	5.050	3.370
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.630	2.390
7.08.01.02	Benefícios	1.159	753
7.08.01.03	F.G.T.S.	261	227
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.162	18.290
7.08.02.01	Federais	11.986	14.197
7.08.02.02	Estaduais	27	14
7.08.02.03	Municipais	4.149	4.079
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.238	16.396
7.08.03.01	Juros	17.653	14.534
7.08.03.02	Aluguéis	1.144	467
7.08.03.03	Outras	4.441	1.395
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	15.335	22.320
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.907	2.316
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	13.428	20.004

Ribeirão Preto, 14 de maio de 2015 - A Autovias S.A. comenta seu resultado relativo ao primeiro trimestre de 2015, período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T15 foi de 11,4 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma retração de 4,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e de 8,5% em relação ao 4T14, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho o que torna o consumo enfraquecido. Além disso, com a inflação em alta, temos como resultado a diminuição da renda disponível das famílias e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, por exemplo, afetando a confiança e impactando negativamente na produção industrial.

Receita Operacional Bruta:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T15 de R\$ 89,3 milhões, apresentando queda de R\$ 6,3 milhões ou 6,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e R\$ 13,2 milhões, ou 12,9% quando comparada ao 4T14. A queda apresentada, decorre principalmente da Receita de Obras pelo término da Obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira – Km 307+500mts da SP-330 em Ribeirão Preto-SP e pela queda do tráfego conforme comentado anteriormente.

Custos e Despesas:

- Os custos e despesas totais no 1T15 (excluído depreciação e amortização) diminuíram R\$8,7 milhões ou 21,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior e de R\$5,6 milhões e 15,3% em relação ao 4T14, impulsionados principalmente pelos custos de serviço construção em decorrência da entrega da obra de Remodelação do Trevo Adalberto da Silveira - km 307+500m da SP-330 em Ribeirão Preto – SP que foi incluída em maio de 2013 no cronograma do contrato de concessão e também pelas despesas com provisão de manutenção pela amortização das obras de manutenção previstas. Em contrapartida, os custos dos serviços prestados aumentaram em razão dos reajustes dos contratos de serviços terceirizados, aumento da tarifa de energia elétrica e pela internalização de 102 arrecadadores para as praças de pedágio. As despesas administrativas apresentaram uma variação de 81,1% em relação ao 1T14, principalmente em função do novo critério de rateio aprovado pela Holding.
- Excluindo o custo de serviço de construção os custos e despesas ficariam menores 6,4% em relação ao 1T14 e equilibrados em comparação ao 4T14.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA no trimestre aumentou 4,9% e o EBITDA ajustado diminuiu 2,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, principalmente em razão da diminuição em maior proporção dos custos de despesas em relação a receita. Em relação ao 4T14, o EBITDA diminuiu 11,9% reflexo da desaceleração do mercado de trabalho, pela inflação em alta e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, afetando e impactando negativamente na produção industrial. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o EBITDA ajustado apresentou queda de 8,8%.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 9,0 milhões, representando um aumento de 147,2% em relação ao trimestre anterior, tendo como principal fator o aumento em maior proporção das despesas financeiras em relação as receitas, consequência da altas das taxas de juros (CDI) que remuneraram as debêntures.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$15,3 milhões no 1T15, apresentando uma queda de 31,3% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 38,9% em relação ao 4T14, em razão das variações previamente apresentadas.

Endividamento:

- A Autovias encerrou o 1T15 com um endividamento bruto de R\$365,4 milhões contra R\$481,4 milhões no trimestre anterior. A diminuição decorre pela amortização do valor principal e dos juros acumulados do período referente as debêntures da 1ª emissão 2ª série e da 3ª emissão (série CDI).
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$381,1 milhões no 4T14 para R\$346,3 milhões no 1T15, apresentando uma diminuição de R\$ 34,8 milhões, pelo mesmo motivo apresentado acima.

Investimentos

- No 1T15 a Companhia investiu R\$9,1 milhões em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$5,8 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Autovias	11.351.316	12.411.786	11.847.299	-8,5%	-4,2%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECITA OPERACIONAL BRUTA	89.297	102.469	95.546	-12,9%	-6,5%
Receitas de pedágio	81.392	89.118	80.621	-8,7%	1,0%
Receitas de obras	7.297	12.790	14.346	-42,9%	-49,1%
Receitas acessórias	608	561	579	8,4%	5,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(7.117)	(7.781)	(7.048)	-8,5%	1,0%
RECITA OPERACIONAL LÍQUIDA	82.180	94.688	88.498	-13,2%	-7,1%
CUSTOS E DESPESAS	(31.294)	(36.938)	(39.976)	-15,3%	-21,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(10.979)	(12.039)	(10.829)	-8,8%	1,4%
Custo dos serv. de construção	(7.297)	(12.790)	(14.346)	-42,9%	-49,1%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.517)	(4.958)	(2.761)	-8,9%	63,6%
Remuneração da administração	(484)	(362)	(155)	33,8%	211,7%
Despesas tributárias	(69)	(23)	(46)	195,8%	51,6%
Provisão para manutenção em rodovias	(8.043)	(6.879)	(11.948)	16,9%	-32,7%
Outras receitas operacionais, líquidas	95	112	109	-15,2%	-12,8%
EBITDA	50.886	57.750	48.522	-11,9%	4,9%
Margem EBITDA	61,9%	61,0%	54,8%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(18.727)	(17.152)	(10.749)	9,2%	74,2%
Depreciação de imobilizado	(87)	(72)	(76)	20,2%	14,0%
Amortização do intangível	(18.640)	(17.079)	(10.673)	9,1%	74,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(8.955)	(3.622)	(4.993)	147,2%	79,4%
Receitas financeiras	13.918	13.776	12.042	1,0%	15,6%
Despesas financeiras	(22.873)	(17.398)	(17.035)	31,5%	34,3%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	23.204	36.976	32.780	-37,2%	-29,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.869)	(11.873)	(10.460)	-33,7%	-24,8%
Corrente	(9.091)	(13.240)	(13.068)	-31,3%	-30,4%
Diferido	1.222	1.367	2.608	-10,6%	-53,1%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.335	25.103	22.320	-38,9%	-31,3%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	50.886	57.750	48.522	-11,9%	4,9%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.043	6.879	11.948	16,9%	-32,7%
EBITDA Ajustado ²	58.929	64.628	60.470	-8,8%	-2,5%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

*Informações Trimestrais para o Período
Findo em 31 de Março de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

AUTOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autovias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, Km 312,2. Constituída em 23 de julho de 1998, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 1 de setembro de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.646 de 18 de dezembro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia Antônio Machado Sant’anna SP-255 (Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-328 - Anel Viário de Ribeirão Preto e Araraquara - entroncamento com a SP 310), SP-318 Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior (acesso a São Carlos e Rincão - entroncamento com a SP-255), SP-345 Rodovia Engenheiro Ronan Rocha (Franca - entroncamento com a SP-334 e Itirapuã), SP-330 Rodovia Anhanguera (Santa Rita do Passa Quatro e Ribeirão Preto - entroncamento com a SP-334) e SP- 334 Rodovia Cândido Portinari (Ribeirão Preto - entroncamento com a Via Anhanguera e Franca), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo a funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2015, os montantes de R\$115.967 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$174.770 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	39.042	30.078
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	37.614	27.773
Efeito do ajuste a valor presente	(1.428)	(2.305)
<u>Credores pela concessão em rodovias - real (*)</u>	<u>8.399</u>	<u>8.279</u>
<u>Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)</u>	<u>8.191</u>	<u>8.075</u>
Efeito do ajuste a valor presente	(208)	(204)
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	2.900	2.900
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	2.449	2.412
Efeito do ajuste a valor presente	(451)	(488)

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Provisão para manutenção em rodovias - real	84.464	89.313
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>72.991</u>	<u>76.594</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(11.473)</u>	<u>(12.719)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	19.369	20.948
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>17.365</u>	<u>18.669</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.004)</u>	<u>(2.279)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 15.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.188	2.142
Aplicações financeiras (*)	<u>12.556</u>	<u>39.430</u>
Total	<u>13.744</u>	<u>41.572</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, essas aplicações se referem a fundo de investimento exclusivo, composto basicamente por títulos públicos federais e títulos atrelados ao CDI, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição.

As aplicações financeiras são remuneradas na média a 101% da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	17.261	19.023
Cupons de pedágio a receber	299	242
Cartões de pedágio a receber	181	121
Receitas acessórias a receber	<u>149</u>	<u>144</u>
Total	<u>17.890</u>	<u>19.530</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24.d.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de março de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Bases do ativo diferido:		
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	976	967
Provisão de participação nos lucros	694	1.157
Provisão para manutenção	110.605	104.367
Ajuste dos encargos financeiros	1.962	1.565
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis (b):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	37.943	37.943
Amortização do saldo de mudança de prática	<u>(12.075)</u>	<u>(9.487)</u>
Base de cálculo	<u>140.105</u>	<u>136.512</u>
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>47.636</u>	<u>46.414</u>

(a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.

(b) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo

Notas Explicativas

Autovias S.A.

residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Ativo não circulante

2016 (após março)	17.863
2017	17.863
2018	11.910
	<u>47.636</u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento dos juros e da parcela de principal (anual) das debêntures da 1ª emissão 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No período findo em 31 de março de 2015 o valor da aplicação é de R\$5.352 (R\$58.734 em 31 de dezembro de 2014), essas aplicações foram remuneradas em média 99,74% da variação do CDI.

9. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Computadores e Periféricos</u>	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	1.090	1.003	374	485	2.952
Adições	20	52	-	-	72
Saldo em 31.03.2015	<u>1.110</u>	<u>1.055</u>	<u>374</u>	<u>485</u>	<u>3.024</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2014	(751)	(653)	(200)	(320)	(1.924)
Depreciações	(24)	(35)	(16)	(12)	(87)
Saldo em 31.03.2015	<u>(775)</u>	<u>(688)</u>	<u>(216)</u>	<u>(332)</u>	<u>(2.011)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2014	339	350	174	165	1.028
Saldo em 31.03.2015	335	367	158	153	1.013
Taxas anuais de depreciação - %	12	21	20	11	

Notas Explicativas

Autovias S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	706.744	28.254	192	3.500	14.305	656	753.651
Adições	6.764	-	-	11	522	-	7.297
Alienações/baixas	(3)	-	-	-	-	(145)	(148)
Transferência	6.862	-	-	-	(6.862)	-	-
Saldo em 31.03.2015	<u>720.367</u>	<u>28.254</u>	<u>192</u>	<u>3.511</u>	<u>7.965</u>	<u>511</u>	<u>760.800</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2014	(451.088)	(22.456)	(151)	(2.346)	-	-	(476.041)
Amortizações	(18.153)	(404)	(3)	(80)	-	-	(18.640)
Saldo em 31.03.2015	<u>(469.241)</u>	<u>(22.860)</u>	<u>(154)</u>	<u>(2.426)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(494.681)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2014	255.656	5.798	41	1.154	14.305	656	277.610
Saldo em 31.03.2015	<u>251.125</u>	<u>5.393</u>	<u>38</u>	<u>1.085</u>	<u>7.966</u>	<u>511</u>	<u>266.119</u>
Taxas anuais de amortização - %	7,70	7,70	7,70	7,70	-	-	-

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

(b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.

(c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias. Esse valor está sendo amortizado com base na taxa linear.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo circulante:				
Financiamento de veículos - (FINAME) (a)	6,0% a.a.	Outubro/2017	<u>403</u>	<u>286</u>
			<u>403</u>	<u>286</u>
Passivo não circulante:				
Financiamento de veículos - (FINAME) (a)	6,0% a.a.	Outubro/2017	<u>675</u>	<u>782</u>
			<u>675</u>	<u>782</u>
Total			<u>1.078</u>	<u>1.068</u>

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(a) Recursos obtidos para financiamento de veículos, tendo como garantia o próprio bem. |

Em 31 de março de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2016 (após março)	<u>320</u>
2017	<u>355</u>
Total	<u>675</u>

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas. |

12. DEBÊNTURES

Estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	Março/2017	<u>65.208</u>	<u>44.588</u>	<u>63.524</u>	<u>104.984</u>
3ª emissão (b)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	Agosto/2017	<u>99.410</u>	<u>156.000</u>	<u>108.912</u>	<u>204.000</u>
	<u>150.000</u>			<u>164.618</u>	<u>200.588</u>	<u>172.436</u>	<u>308.984</u>
Custo de transação				<u>(557)</u>	<u>(349)</u>	<u>(619)</u>	<u>(477)</u>
Total				<u>164.061</u>	<u>200.239</u>	<u>171.817</u>	<u>308.507</u>

(a) 1ª emissão 2ª série de debêntures de 15 de março de 2010, com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$1 (mil reais) cada uma.

(b) 3ª emissão de debêntures emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma. |

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor Subscrito</u>
1ª emissão - 2ª Série	15.03.2010	120.000	27.04.2010	121.900
3ª Emissão	18.12.2013	<u>300.000</u>	26.12.2013	<u>300.363</u>
		<u>420.000</u>		<u>422.263</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, desde março de 2011, e amortizada anualmente em 3 parcelas a partir de 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente desde 20 de fevereiro de 2014 e seu valor nominal amortizado em 6 parcelas semestrais, desde fevereiro de 2015.

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016 (após março)	52.345
2017	<u>147.894</u>
	<u>200.239</u>

As debêntures da 1ª emissão 2ª série contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 51% das ações de emissão das emissoras. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº 8.

As debêntures da 3ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam no vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e aditamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade, não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

As debêntures da 3ª emissão são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (d)	26.807	33.225
Contas a receber:		
Centrovias S.A.	287	73
Intervias S.A.	212	75
Vianorte S.A.	134	80
Total	<u>27.440</u>	<u>33.453</u>
 <u>Ativo não circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (d)	<u>298.166</u>	<u>354.230</u>
Total	<u>298.166</u>	<u>354.230</u>
 <u>Passivo circulante</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	789	1.024
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	-	2.080
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	160	172
Centrovias S.A. (a)	6	6
Intervias S.A. (a)	1	-
Vianorte S.A. (a)	-	49
Total	<u>956</u>	<u>3.331</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	<u>1.621</u>	<u>4.913</u>

Notas Explicativas

	31.03.2015			31.03.2014		
	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais	Conservação da rodovia	Receitas financeiras	Despesas gerais (a)/(b)
	(c)	(d)	(a)/(b)	(c)	(d)	
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	11.521	2.525	-	7.119	763
Latina Manutenção de Rodovias	2.871	-	-	6.447	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	431	-	-	1.259	-	-
Total	3.302	11.521	2.525	7.706	7.119	763

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,037% a 1,6% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.03.2015	31.12.2014
22/08/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000(i)	35	30.770
18/09/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	48.000	38.401	36.203
04/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	3.000	2.265	2.131
17/12/2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	23.000(ii)	-	16.173
26/12/2012	Dezembro de 2017	CDI + 1,6% a.a.	15.000	3.481	2.990
07/02/2013	Dezembro de 2017	CDI + 1,6% a.a.	53.000	11.756	10.034
05/03/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	3.478	2.601
01/04/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	30.000	3.233	2.363
25/06/2014	Dezembro de 2017	CDI + 1,4% a.a.	40.000	3.324	2.190
			282.000	65.973	105.455

- (i) Em março de 2015 a Sociedade recebeu parcialmente R\$32.552 referente a juros incorridos.
- (ii) Em fevereiro de 2015 a Sociedade recebeu integralmente R\$39.722 sendo R\$16.722 referente a juros incorridos e R\$23.000 de principal.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$484 (R\$155 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$694 e R\$1.157.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas à diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Estão representadas por:		
Imposto de renda	3.567	8.598
Contribuição social	2.151	3.248
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	312	488
Programa de integração social - PIS	190	193
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	875	891
Tributos federais retidos	442	227
Impostos sobre serviços - ISS	<u>1.536</u>	<u>1.620</u>
Total	<u>9.073</u>	<u>15.265</u>

Notas Explicativas

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 5,17% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	7.758	7.634	7.966	7.838
Parcela variável (a)	433	441	433	441
Total	<u>8.191</u>	<u>8.075</u>	<u>8.399</u>	<u>8.279</u>

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Direito de outorga	17.365	18.669	19.369	20.948
Total	<u>17.365</u>	<u>18.669</u>	<u>19.369</u>	<u>20.948</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2015 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo de parcelas	12	29	41

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$3.195 (R\$1.955) de parcela fixa e R\$1.240 de parcela variável).

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016 (após março)	5.610
2017	7.168
2018	<u>4.587</u>
	<u>17.365</u>

Notas Explicativas

16. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	943	33	(24)	952
Trabalhistas	24	-	-	24
Total	<u>967</u>	<u>33</u>	<u>(24)</u>	<u>976</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.005 e R\$865, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$915 e R\$857 respectivamente em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	27.773	76.594	2.412
Adições	-	5.418	-
Utilizações	(3.584)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.404	37
Transferências	13.425	(13.425)	-
Saldos em 31.03.2015	<u>37.614</u>	<u>72.991</u>	<u>2.449</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$5.840 (R\$22.364 em 31 de dezembro de 2014).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$128.514, integralizado pelo valor de R\$117.655. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>31.03.2015</u>		<u>Participação - %</u>
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	
Arteris S.A.	125.040.451	114.181.880	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 31 de março de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$49.435, pagos em março de 2015, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo

Notas Explicativas

do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015 a Sociedade distribuiu lucros antecipados sobre a forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.907, líquido de R\$286, referente ao imposto de renda retido na fonte.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	81.392	80.621
Receita de serviços de construção	7.297	14.346
Outras receitas	608	579
	<u>89.297</u>	<u>95.546</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	89.297	95.546
ISSQN	(4.084)	(4.044)
PIS	(540)	(535)
COFINS	(2.493)	(2.469)
Receita líquida	<u>82.180</u>	<u>88.498</u>

Notas Explicativas

Autovias S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(2.044)	(1.399)
Serviços de terceiros	(839)	(641)
Manutenção de bens e conservação	(38)	(21)
Depreciação / Amortização	(87)	(76)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(33)	50
Seguros/Garantias	(3)	(7)
Consumo	(1.155)	(446)
Transportes	(143)	(108)
Despesas com comunicação e marketing	(29)	(17)
Outros	(233)	(172)
Total	<u>(4.604)</u>	<u>(2.837)</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(7.297)	(14.346)
Com pessoal	(3.216)	(2.351)
Serviços de terceiros	(2.216)	(3.722)
Conservação	(2.025)	(1.814)
Manutenção e conservação de imóveis	(433)	(348)
Consumo	(385)	(341)
Transportes	(934)	(543)
Seguros / Garantias	(520)	(461)
Custos com poder concedente	(1.231)	(1.219)
Provisão de manutenção em rodovias	(8.043)	(11.948)
Depreciação / Amortização	(18.640)	(10.673)
Outros	(19)	(30)
Total	<u>(44.959)</u>	<u>(47.796)</u>

Notas Explicativas**20. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	11.521	7.119
Aplicações financeiras	2.394	4.919
Outras receitas	3	4
Total	<u>13.918</u>	<u>12.042</u>
	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(17.443)	(14.395)
Atualização monetária do ônus da concessão	(775)	(1.096)
Ajuste a valor presente	(4.441)	(1.395)
Outras despesas	(214)	(149)
Total	<u>(22.873)</u>	<u>(17.035)</u>

21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(7.560)	517
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.621	1.969

Notas Explicativas

Autovias S.A.

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos nove meses e trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>30.09.2014</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.204	32.780
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(7.889)	(11.145)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	648	787
Outros ajustes	(628)	(102)
Despesa contabilizada	<u>(7.869)</u>	<u>(10.460)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(9.091)	(13.068)
Diferidos	1.222	2.608

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou antecipadamente esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2014.

23. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico/Diluído</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro do período	15.335	22.320
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	<u>114.182</u>	<u>114.182</u>
Lucro por ação	<u>0,1343</u>	<u>0,1955</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

Notas Explicativas

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.188	2.142
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	12.556	39.430
Aplicações financeiras	Nível 2	5.352	58.734
Partes relacionadas	Nível 1	325.606	387.683
Contas a receber clientes	Nível 1	17.890	19.530
Outras contas a receber	Nível 1	246	213

Notas Explicativas

Autovias S.A.

<u>Passivos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
		Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	7.774	7.299
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.078	1.068
Debêntures	Nível 2	364.300	480.324
Partes relacionadas	Nível 1	2.577	8.244
Credores pela concessão	Nível 1	25.556	26.744
Outras contas a pagar	Nível 1	275	425

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>	<u>Cenário IV (- 25%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	18,00%	9,00%

Notas Explicativas

Juros a incorrer (*)	(27.706)	(34.288)	(40.837)	(21.234)
Receita de aplicações financeiras	2.171	2.713	3.256	1.628
Receita financeira de mútuo	43.359	53.049	62.704	33.634
IPCA	5,64%	7,05%	8,46%	4,23%
Juros a incorrer (*)	(15.472)	(17.144)	(18.816)	(13.800)
Juros a incorrer líquido (*)	<u>2.352</u>	<u>4.330</u>	<u>6.307</u>	<u>228</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

Notas Explicativas

Autovias S.A.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.261 (R\$19.023 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	2017			Total
		2015	2016	(em diante)	
B. Brasil - Finame	6,0	336	461	365	1.162
Debêntures 1ª emissão 2ª série (IPCA)	24,9	-	74.446	82.088	156.534
Debêntures 3ª emissão(CDI)	13,2	63.774	118.695	118.168	300.637
Outorga	2,6	6.134	8.619	15.563	30.316
Total		70.244	202.221	216.184	488.649

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

Notas Explicativas

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em [31 de março de 2015], as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	[160.000
	Responsabilidade civil	[17.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	[92.626

(*) Por sinistro.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autovias S.A.

Ribeirão Preto - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autovias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9